



Centro Universitário de Brasília –UNICEUB
Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas-FATECS
Curso de Ciências Contábeis

Tauani Ribeiro Aguiar

**A DIVULGAÇÃO DOS EVENTOS SUBSEQUENTES PELAS EMPRESAS
BRASILEIRAS**

Brasília
2014

TAUANI RIBEIRO AGUIAR

**A DIVULGAÇÃO DOS EVENTOS SUBSEQUENTES PELAS EMPRESAS
BRASILEIRAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado como um dos requisitos para
a obtenção do título de bacharel em
Ciências Contábeis do UniCEUB – Centro
Universitário de Brasília .

Orientador: Prof. Giovani Rossetti
Segadilha.

Brasília - DF

2014

TAUANI RIBEIRO AGUIAR

**A DIVULGAÇÃO DOS EVENTOS SUBSEQUENTES PELAS EMPRESAS
BRASILEIRAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado como um dos requisitos para
a obtenção do título de bacharela em
Ciências Contábeis do UniCEUB – Centro
Universitário de Brasília .

Orientador: Prof. Ms. Giovani Rossetti
Segadilha

Brasília, 20 de junho de 2014.

Banca Examinadora

Prof. Giovani Rossetti Segadilha

Orientador

Prof. Me. Romildo Araújo Silva

Examinador

Prof. Me. Roberta Lira Caneca

Examinadora

RESUMO

Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou não, que ocorre entre a data final do período a que se referem às demonstrações e a data na qual é autorizada a emissão das demonstrações. Esses eventos podem influenciar as demonstrações financeiras de forma relevante, portanto, devem ser evidenciados ou divulgados em notas explicativas. Dessa forma o presente artigo busca responder se as empresas estão evidenciando os eventos subsequentes em seus registros contábeis de modo a demonstrar fatos relevantes aos seus usuários e se essas entidades estão respeitando a norma nesses registros. Para isso, foi feito um trabalho de pesquisa bibliográfica tanto em normas referentes ao reconhecimento, mensuração, evidenciação e registro contábil, como também pesquisou-se as demonstrações contábeis de 4 (quatro) empresas que atuam no mercado brasileiro. Em seguida, foram confrontados os eventos subsequentes divulgados por essas empresas, com a norma que rege o assunto. A partir da análise dos resultados pode-se verificar que a maior parte das empresas pesquisadas divulgaram os eventos de acordo com o CPC 24. O reconhecimento e mensuração desses eventos são apresentados nas Notas Explicativas com detalhamento de métodos e procedimentos contábeis legalmente estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, porém no que se refere aos eventos subsequentes no exercício seguinte as entidades não têm esclarecido os valores divulgados de forma a evidenciar seus impactos. O que se observou é que as empresas pesquisadas não publicam adequadamente suas informações nas demonstrações contábeis posteriores, de modo a evidenciar maior compreensibilidade e verificabilidade aos acionistas e credores, visando à tomada de decisões, conforme explicita o Pronunciamento CPC Estrutura Conceitual Básica.

Palavras-chave: Eventos subsequentes. CPC 24. Notas Explicativas. Reconhecimento.

1 INTRODUÇÃO

A nova legislação harmoniza a contabilidade brasileira aos padrões internacionais, o que facilita o investimento estrangeiro. Com as novas regras emitidas pelo IASB, do inglês - *International Accounting Standards Board*- traduzidas e expressas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), houve necessidade de mudanças importantes na forma de se fazer contabilidade, principalmente na forma de divulgação das informações econômico-financeiras pelas entidades.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu a Deliberação nº 505, que aprovou o pronunciamento do Ibracon, intitulada de Norma e Procedimento de Contabilidade 10, sobre eventos subsequentes à data do balanço patrimonial. Esta norma é correlata à *International Accounting Standards - IAS 10 – Events After the Reporting Period* e foi elaborada com o intuito de convergir as normas brasileiras de contabilidade aos padrões internacionais, buscando aumentar a qualidade e transparência das demonstrações contábeis (DC's) divulgadas.

Os eventos subsequentes ocorrem entre a data final do período a que se referem às demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão das mesmas e devem ser relatados em Notas Explicativas para que se compreendam as transações relevantes que possam trazer impactos positivos ou negativos na entidade. Dessa forma, a omissão de fatos, ou erros nas transações econômicas poderá afetar as estimativas e resultados da entidade.

Para o desenvolvimento desse assunto, estabeleceu o tema A Divulgação dos Eventos Subsequentes pelas Empresas Brasileiras. Dada à quantidade de empresas, delimitou-se o tema no estudo dos eventos subsequentes publicados nas demonstrações contábeis de quatro empresas de atuações no mercado brasileiro nas atividades econômicas como comércio de produtos de consumo, exploração de petróleo e gás, extração de metais e mineração e também empresa de produção de ligas de aço.

É nesse contexto que surge o problema: as empresas estão evidenciando os eventos subsequentes em suas Demonstrações Contábeis de modo a demonstrar fatos relevantes aos seus usuários?

Tem-se como objetivo geral, mostrar como as empresas selecionadas estão divulgando os eventos subsequentes à data de elaboração do balanço. Para tanto, tem-se como objetivos específicos:

- a) identificar os tipos de eventos subsequentes;
- b) analisar balanços de empresas de diferentes ramos;
- c) descrever como estão sendo divulgados os eventos subsequentes;
- d) comparar se as informações divulgadas estão em conformidade com a norma.

O tema desse estudo é importante à medida que permitira aos usuários da informação contábil útil, como os credores, investidores e, principalmente, aqueles que atuam na área contábil a verificar a qualidade das informações publicadas e se estas estão adequadas as normas brasileiras de contabilidade. Com isso, o estudo deve evidenciar a realidade das transações contábeis ocorridas após a elaboração das Demonstrações Contábeis, a fim de auxiliar os usuários das informações na tomada de decisões.

O presente artigo foi estruturado em cinco sessões, que além desta primeira em que se faz a introdução da temática, tem-se a fundamentação teórica, os aspectos metodológicos, a análise e discussões dos resultados e, por último, as considerações finais da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CPC 24 - Eventos Subsequentes

Segundo o pronunciamento CPC 24, evento subsequente é definido como o acontecimento favorável ou desfavorável, que ocorre no período compreendido entre a data final de apuração do balanço e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações.

O objetivo desse pronunciamento é determinar quando as entidades deverão ajustar suas demonstrações contábeis em relação aos eventos subsequentes à data do balanço, ou seja, aqueles eventos que terão relevância para os interesses da entidade. Esse pronunciamento também estabelece o alcance da norma, quanto às regras que deverão ser aplicadas na contabilização e divulgação das informações contábeis posteriores ao período a que se referem às demonstrações contábeis.

Conforme orienta o pronunciamento CPC 24, a aplicabilidade desta norma não se restringe apenas a deliberações realizadas pela Assembleia dos Acionistas, mas todos os fatos ocorridos que impactarão futuramente nos resultados da companhia. Com isso, todos os eventos subsequentes ao período contábil a que se referem às

demonstrações contábeis incluem os eventos ocorridos após a data do balanço, mesmo que esses acontecimentos ocorram após a declaração pública de lucros ou dividendos a distribuir ou qualquer transações financeiras junto ao mercado de capitais que alterarão a composição patrimonial.

Outro aspecto de grande importância, contida nessa norma, é quanto ao reconhecimento e a mensuração desses eventos, ou seja, a entidade deverá ajustar os valores reconhecidos em suas demonstrações contábeis para que reflitam os eventos subsequentes nos quais evidenciem critérios, técnicas e outros procedimentos necessários para exatidão da situação financeira e patrimonial da entidade.

A Comissão de Valores Mobiliários- CVM, por meio da Deliberação nº 505/2006, também definiu e identificou os eventos subsequentes:

São aqueles eventos, sejam eles favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data do balanço e a data na qual é autorizada a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- a. Os que evidenciam condições que já existiam na data do balanço (eventos subsequentes à data do balanço que originam ajustes).
- b. Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente à data do balanço (eventos subsequentes à data do balanço que não originam ajustes).

Essa Deliberação correlacionou o que foi exposto pelo IAS 10, que determina às companhias abertas a divulgação dos fatos decorrentes de decisões que futuramente serão favoráveis ou desfavoráveis às entidades. Para Peres Junior (2006, p. 59), a empresa deve registrar os efeitos relevantes de fatos extraordinários ocorridos no período.

Segundo Lopes, (2010, p. 1), os eventos após a data do balanço compreendem os fatos ocorridos até a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão. Cita ainda os seguintes exemplos de eventos ocorridos após publicação do balanço:

1. Conhecimento de fraude ou erros que demonstrem que as demonstrações contábeis estavam incorretas;
2. Indicações de ativos deteriorados;
3. Falência de clientes;
4. Venda de estoque com prejuízo após a data do balanço; e
5. Decisão de processos judiciais com situações desfavoráveis a entidade.

Lopes (2010, p. 2), cita justamente o que já foi abordado no CPC 24, que normatiza as possibilidades de ocorrência dos eventos subsequentes, apesar de

existirem fatos além desses que são comuns, como exemplo o aumento de capital dos sócios.

Para Costa (2010, p. 46), as informações das demonstrações contábeis, em sua fase de publicação devem se apresentar de forma confiável e tempestiva, relatando todos acontecimentos ocorridos anteriormente à divulgação das informações. Ou seja, a autora menciona em sua tese que os eventos subsequentes impactarão positivamente ou não, portanto existe um Regulamento (CE) nº 1606 do parlamento Europeu, de 19/7/2012, que determina a uniformização das normas contabilísticas a nível mundial para melhor funcionamento dos mercados, interno e internacional.

Costa (2010, p. 47) define os eventos subsequentes da seguinte maneira:

São os acontecimentos, que podem ser favoráveis ou não, e que ocorre entre a data do balanço e a data em que o órgão de gestão autoriza a emissão das demonstrações financeiras. São dois tipos de acontecimentos: aqueles que dão lugar a ajustamentos e aqueles que não dão lugar a ajustamentos. O primeiro tipo que dão lugar a ajustamentos são aqueles que revelam condições existentes antes ou durante o balanço. O segundo tipo – os que não dão lugar a ajustamentos- são aqueles que revelam condições que surgiram após a data do balanço ou da publicação dos resultados financeiros relevantes.

As IRFS traduzem uma linguagem contábil universal, e nota-se que a autora traz a realidade de se reconhecer, mensurar e ajustar eventos ocorridos após o balanço que refletirão no futuro da entidade seja este favorável ou desfavorável.

Costa (2010, p. 47) relata ainda uma série de eventos que impactam os demonstrativos contábeis e que, no geral, são os mesmos expressos pelo CPC 24. Ela destaca algumas situações:

1. Um caso judicial, cuja sentença em julgado ocorrerá após o balanço, nesse caso a entidade deverá fazer ajustes, provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
2. Outro exemplo é uma informação que indique um ativo que teve desvalorização ou perda deve ser ajustado em determinado momento. Que pode ser após a divulgação dos resultados contábeis.
3. Falência do cliente, é o caso mais evidente, indica que já havia possibilidade de perda à data do balanço;
4. Venda de imobilizado e o reflexo que tem o valor realizável no momento da venda;
5. Compras de matérias primas ou ativos que ocorreram acréscimos ou ajustes nos seus valores originais após o balanço emitido;
6. Por último, são os casos de ocorrência de erros e fraudes.

A tese de Costa (2010, pg. 49) define justamente o que o IAS 10 determina sobre os eventos subsequentes, ou seja, há uma tendência de uniformidade das normas no processo de convergência mundial aos padrões das normas IRFS.

Já os estudos feitos por Dvoranoski (2010, p.2) citam que a CVM emitiu a Deliberação 505, em consonância com a Lei 6.404/76 (alterada pelas Leis nº 11.368/07 e nº 11.941/09) e com IAS 10, que trata sobre os eventos subsequentes à data do balanço, no qual, segundo ele o objetivo é determinar:

Quando uma entidade deve ajustar suas demonstrações contábeis com respeito a eventos subsequentes à data do balanço; e as informações que uma entidade deve divulgar sobre a data em que é concebida a autorização para conclusão da elaboração das demonstrações contábeis sobre os eventos subsequentes à data do balanço.

De acordo este autor, entende-se que há necessidade de as entidades melhorarem as informações contábeis, razão pela qual devem merecer mais atenção e cuidado, tanto por parte do auditor quanto pela própria entidade, a fim de oferecer demonstrações contábeis confiáveis e claras, para que o investidor, o financiador e os demais usuários dessas informações possam ter maior segurança nos dados apresentados pelas empresas.

2.2 Data de autorização para emissão

O CPC 24 define que a entidade deve divulgar a data em que foi aprovada, a autorização para emissão das demonstrações contábeis e quem a forneceu, e também determina que se os sócios da entidade tiverem o poder de alterar as demonstrações contábeis após sua emissão, a entidade deve divulgar esse fato.

O mesmo pronunciamento afirma a importância dos usuários em saber quando foi autorizada a emissão das demonstrações contábeis, já que elas não refletem eventos posteriores a esta data.

Para Boskov (2009, p. 5), a data de autorização para emissão é:

Aquela na qual as demonstrações são apresentadas, pela primeira vez, a algum órgão externo à diretoria e ao corpo funcional da entidade. É obrigatório que a empresa divulgue, em nota explicativa, qual a data em que houve a autorização para a emissão das demonstrações.

2.3 Como realizar o reconhecimento e mensuração

Conforme o Pronunciamento Estrutura Conceitual Básico do Comitê de Padrões Contábeis – CPC, entende-se por mensuração o processo que consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos sendo apresentados no balanço patrimonial e na demonstração do resultado.

Para Mourad e Paraskevoupoulos (2010, p.37), reconhecimento é o processo de contabilizar um item que satisfaça a definição de um elemento (um ativo ou um passivo) em IFRS e satisfaça os critérios de reconhecimento.

O CPC 24 define as formas de reconhecimento e mensuração dos eventos subsequentes que originam ajustes, da seguinte forma:

- a) A entidade deve ajustar os valores reconhecidos em suas demonstrações contábeis para que reflitam os eventos subsequentes que evidenciem condições que já existiam na data final do período contábil a que se referem às demonstrações contábeis.
- b) São reconhecidos da seguinte maneira: decisão ou pagamento em processo judicial, confirmando que a entidade já tinha obrigação presente ao final daquele período contábil. A entidade deve reconhecer de acordo com CPC 25- Provisões, Passivos Contingentes ou registrar nova provisão.
- c) Deve divulgar se um bem ou ativo sofreu perdas ou desvalorização após apresentação das demonstrações contábeis, inclusive, fazer os ajustes a valor de mercado ou outra forma de avaliação que mensure ao valor justo desse evento subsequente.
- d) Falência de clientes ocorridas após divulgação dos demonstrativos contábeis a que se referem e confirmar se já existia algum prejuízo na conta a receber no final daquele período e nesse caso ajustar o valor contábil da conta a receber. Se no caso de falência de sócios controladores, deverá verificar quem responderá pela sua participação e como irá proceder a avaliação do capital investido ou das ações adquiridas e qual será o destino dessa parte originária.

O reconhecimento e a mensuração são elementos que demonstram ajustes necessários para que confirme a realidade atual da situação financeira e patrimonial da entidade.

2.4 Eventos subsequentes e seus impactos positivos ou negativos nas Demonstrações Contábeis

Como já exposto, os eventos subsequentes ocorridos após o balanço patrimonial poderão ser favoráveis ou desfavoráveis para entidade. Segundo Matarazzo (2010, p. 17), os fatos que alterem a situação financeira e patrimonial da entidade deverá ser considerado, pois impactarão nos índices de liquidez.

Nesse sentido, o princípio da tempestividade exige que informações que impactem os resultados deverão ser padronizadas para produzir efeitos imediatos nas tomadas de decisões. Os eventos ocorridos que comprometam a atividade operacional da entidade deverão ser considerados e relatados em notas explicativas, conforme estabelece o CPC.

Assim, continua Matarazzo (2003, p. 141), as demonstrações financeiras devem ser preparadas para análise, da mesma forma que um paciente vai submeter-se a exames médicos. Ou seja, qualquer evento que ocorra após, os

eventos subsequentes, poderá transformar-se em fato desfavorável ou favorável, dependendo da relevância e dos atos ocorridos que impactaram as demonstrações contábeis.

3 METODOLOGIA

Para satisfazer os objetivos do estudo, adotou-se uma abordagem empírico-teórica, realizando-se pesquisa bibliográfica e utilizando-se da análise de dados pesquisados.

Com a pesquisa fez-se necessário adotar atividades exploratórias de levantamento, sistematização e análise dos seguintes dados: demonstrações contábeis com foco nas notas explicativas (eventos subsequentes), livros de auditoria relacionando tal atividade com eventos subsequentes e também artigos científicos referentes ao tema.

Inicialmente, procedeu-se um estudo sistemático sobre o tema no qual foi obtido por meio de pesquisa em obras contábeis, manuais e outros periódicos utilizados na pesquisa. Para entender o problema proposto, foi necessário recorrer às normas de contabilidade, além da utilização de argumentos conceituais de diferentes autores.

Segundo Crespo (2002, p. 18), método é um conjunto de meios dispostos convenientemente para se chegar a um fim que se deseja. Com isso, compreende-se que os meios utilizados para responder a questão-problema partiram do pressuposto pelo qual as informações coletadas nas Notas Explicativas servirão para se chegar ao fim desejado.

Para tanto, com o objetivo também de auxiliar na resposta do problema proposto, a pesquisa foi realizada de forma qualitativa nos demonstrativos publicados em Notas Explicativas das empresas dos setores da indústria, comércio e serviços. O período escolhido para análise foram as Demonstrações Contábeis dos anos de 2010 a 2012, isso porque o pronunciamento CPC 24 que orienta as entidades a divulgarem os eventos subsequentes entrou em vigência em 2010.

As dificuldades encontradas no método aplicado residiram na coleta dos relatórios contábeis das próprias empresas pesquisadas, pois, as páginas da web dessas empresas não apresentam localização de fácil acesso às demonstrações contábeis. Foi demandado bastante tempo para se chegar à informação tendo, às

vezes, que se percorrer outro *sites*, que não da empresa, até chegar à informação desejada. Algumas empresas já fornecem suas demonstrações no *link* próprio intitulado "relação com investidores", no qual se localizam todas suas demonstrações contábeis do período pesquisado.

Em relação ao presente estudo, vale ressaltar que o tamanho restrito da amostra representa uma limitação em relação à generalização dos dados para as demais empresas, ou seja, os achados não podem ser extrapolados as entidades de maneira geral, e também outra limitação importante é sobre as análises, no qual foram feitas utilizando apenas estatísticas descritivas.

Em síntese, a metodologia de pesquisa abordada foi a análise qualitativa, na qual, segundo GIL (2006, pag.27) é descritiva pois visa observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os dados sem interferência e sem manipulação das informações obtidas. Ou seja, espera-se que os dados apresentados sejam importantes para revelar se as demonstrações contábeis publicadas pelas entidades brasileiras apresentam consistência, confiabilidade e tempestividade para os usuários das informações contábeis.

4 HISTORICO DAS EMPRESAS OBJETO DA PESQUISA

Apresenta-se a seguir contextualização histórica das empresas que foram utilizadas como instrumentos de pesquisa neste trabalho.

4.1 Lojas Americanas

A Lojas Americanas S.A., que no último ano obteve lucro líquido de R\$ 462,9 milhões, é uma sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo, se dedicando ao comércio de varejo de produtos de consumo. A Companhia, em conjunto com suas controladas atua, também, no comércio eletrônico, através da sua controlada B2W - COMPANHIA DIGITAL, que reúne os sites: americanas; submarino e, também, shoptime.

4.2 Gerdau

É uma sociedade anônima de capital aberto, com sede no Rio de Janeiro. A Gerdau S.A. e suas controladas são líder no segmento de aços longos nas Américas sendo uma das principais fornecedoras de aços longos especiais do mundo,

alcançaram, no ano de 2013, o lucro líquido no valor de 1,7 bilhão. A Gerdau possui operações industriais em 14 países - nas Américas, na Europa e na Ásia -, as quais somam uma capacidade instalada superior a 25 milhões de toneladas de aço por ano.

4.3 Petrobrás

É uma sociedade anônima de capital aberto, cujo acionista majoritário é o governo brasileiro, atua como uma empresa integrada de energia nos seguintes setores: exploração, produção, refino, comercialização, transporte, petroquímica, distribuição de derivados, gás natural, energia elétrica, gás-química e biocombustíveis. Além do Brasil, a empresa está presente em 17 países sendo líder do setor petrolífero no Brasil e atingiu no exercício de 2013 lucro líquido de R\$ 6,28 bilhões

4.4 Vale do Rio Doce

Uma das maiores empresas de metais e mineração do mundo e a maior das Américas, com base na capitalização de mercado, que no ano de 2013 teve um lucro líquido de apenas R\$ 115 milhões, sendo 98% a menos que no ano de 2012, em vista de uma renegociação de dívidas com o governo brasileiro. Apesar disso, é o maior produtor mundial de minério de ferro, pelotas de minério de ferro e o segundo maior produtor mundial de níquel, e diversas outras atividades ligadas ao ramo e no Brasil opera um grande sistema logístico, incluindo ferrovias, terminais marítimos e portos, que estão integrados as operações de mineração.

5 ANÁLISE E RESULTADO

Os eventos subsequentes publicados pelas companhias pesquisadas foram bastante diversificados, isso porque cada segmento econômico possui suas particularidades e ocorrências que interferem nos resultados e levam as entidades a decidirem sobre situações que impactarão nos exercícios futuros.

Como já exposto para caracterizar evento subsequente, o mesmo deve ocorrer entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Então é obrigatório que a empresa divulgue, em nota explicativa, qual é a data em que houve

autorização para a emissão das demonstrações, de forma que o usuário possua mais informações a respeito dos eventos subsequentes relacionados.

Logo no início, observa-se que as empresas, em todos períodos pesquisados, vêm cumprindo com a norma prevista, e divulgando, de forma clara nas notas explicativas, vide figuras dos anexos A, B, C e D, **a data em que foi autorizada** a emissão das demonstrações financeiras. Nota-se, também, que a companhia Vale do Rio Doce, divulga a data autorização apenas no ano de 2010, e nos anos 2011 e 2012 deixam de divulgar a data de autorização da emissão das demonstrações financeiras mesmo ocorrendo eventos subsequentes nesses anos.

Segundo o CPC 24 - Os eventos ocorridos após o período de relatório que não originam ajuste sendo relevantes deve-se incluir sua natureza e uma estimativa de seu impacto financeiro ou uma declaração que essa estimativa não pode ser feita. Assim seguem os eventos subsequentes divulgados em notas explicativas dos anos pesquisados:

Pode-se observar na figura 1 e 2, os eventos subsequentes publicados pela empresa Lojas Americanas.

Figura 1- Nota Explicativa (Eventos Subsequentes)- Lojas Americanas 2010

Em **janeiro de 2011**, foi aprovada a constituição de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC"), cujo objetivo é a aquisição de direitos de crédito da Companhia e outros, conforme previsto em seu regulamento, originados por meio de cartões de crédito utilizados em operações de venda de produtos e serviços realizados pela Companhia, que operará sob os principais termos descritos abaixo:

- (a) Recebíveis elegíveis: Créditos contra a Cielo S/A;
- (b) Patrimônio líquido inicial: R\$541.500;
- (c) Emissão de quotas sênior: 1ª emissão de 1.643 quotas no valor de R\$300 cada uma, totalizando R\$492.900;
- (d) Emissão de quotas subordinadas mezanino: 1ª emissão de 72 quotas subordinadas mezanino no valor de R\$300 cada uma, totalizando R\$21.600;
- (e) Emissão de quotas subordinadas júnior: 1ª emissão de 90 quotas subordinadas júnior no valor de R\$300 cada uma, totalizando R\$27.000, a serem subscritas e integralizadas pelas cedentes do FIDC, nos termos do regulamento; As cedentes da operação serão a própria Companhia e sua controlada B2W Companhia Global do Varejo S/A.
- (f) *Benchmark*: (i) quotas sênior: 111% da taxa DI e (ii) quotas subordinadas mezanino: 155% da taxa DI;
- (g) Prazo: a 1ª emissão terá prazo de duração de 60 meses;
- (h) Data de resgate: ao final do 60º mês;
- (i) Pagamento da remuneração: periodicidade semestral;
- (j) Coordenador líder: BB - Banco de Investimento S.A.; (k) Administrador: Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.;
- (l) Custodiante: Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A..

Fonte: < <http://ri.lasa.com.br/informacoes-financeiras/relatorios-anuais-trimestrais?id=414>>

Conforme pode-se observar no trecho das notas explicativas acima, a companhia Lojas Americanas, respeitou o pronunciamento CPC 24 ao divulgar nas notas explicativas os eventos subsequentes relacionados ao ano de 2010, porém

não foi demonstrado no balanço do ano seguinte esse impacto, não respeitando as normas vigentes no momento da evidenciação e apresentação dos fatos contábeis.

Figura 2- Nota Explicativa (Eventos Subsequentes)- Lojas Americanas 2011

Conforme reunião do Conselho de Administração realizada nos dias **18 de janeiro de 2012** foi aprovada a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries para distribuição pública com esforços restritos de colocação, que terão as seguintes características e condições:

<u>Série</u>	<u>Data da emissão</u>	<u>Quantidade emitida</u>	<u>Quantidade colocada no mercado</u>	<u>Valor unitário</u>	<u>Valor da emissão</u>	<u>Encargos financeiros anuais</u>
1ª	26.01.2012	30.000	30.000	10	300.000	112% do DI
2ª	26.01.2012	20.000	20.000	10	200.000	112% do DI

Fonte: < <http://ri.lasa.com.br/informacoes-financeiras/relatorios-anuais-trimestrais?id=434>>

Na nota explicativa acima aborda sobre uma emissão de debêntures da cia. Lojas Americanas a qual respeitou o pronunciamento que rege as normas sobre eventos subsequentes, porém a mesma cometeu a mesma falha do ano anterior, não evidenciando no exercício seguinte o fato de maneira a constatar a verificabilidade da informação.

Segundo o pronunciamento CPC 00 a verificabilidade ajuda o usuário averiguar se a informação representa fidedignamente o fenômeno que se propõe a representar.

A seguir, as figuras 3, 4 e 5 representam os eventos subsequentes noticiados pela empresa Gerdau.

Figura 3- Nota Explicativa (Eventos Subsequentes)- Gerdau 2010

Em **02/02/2011**, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão com o objetivo de atender exclusivamente ao Programa de Incentivo de Longo Prazo, bem como aos compromissos decorrentes de outorgas de opções de ações de emissão de Gerdau Ameristeel Corp., utilizando-se de disponibilidades suportadas por reservas de lucros existentes. Em 04/02/2011 a aquisição de ações foi concluída com 3.100.000 ações preferenciais adquiridas, no montante de R\$ 70.153.

Em **10/02/2011**, a Companhia efetuou o crédito das ações de Gerdau S.A. atribuídas em substituição aos direitos de acionistas de Prontofer e Villares na proporção de uma ação ordinária ou preferencial de emissão de Gerdau S.A. para cada 22,247601 quotas de Prontofer e uma ação preferencial de emissão de Gerdau S.A. para cada 24 ações ordinárias de emissão de Villares S.A..

Fonte: < <http://gerdau.infoinvest.com.br/ptb/5449/2010GSAConsolidadoDOERJ.pdf>>

No trecho das notas explicativas acima há dois eventos subsequentes que ocorreram em fevereiro de 2011 e foram apresentados nas notas de 2010. Um deles é a autorização da aquisição de ações pela Companhia Gerdau e o outro o registro do crédito pela aquisição das mesmas.

Os dois eventos relatados da mesma forma que nas Lojas Americanas não foram evidenciados nas demonstrações contábeis do ano subsequente de forma a representar fidedignidade ao fato divulgado no ano anterior.

Figura 4- Nota Explicativa (Eventos Subsequentes)- Gerdau 2011

I) Em 11/01/2012, o Conselho de Administração deliberou autorizar a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão. As aquisições foram realizadas a partir de 12/01/2012, com prazo máximo até o dia 20/01/2012, utilizando-se de disponibilidades suportadas por reservas de lucros existentes, observando o limite de até 2.693.000 ações preferenciais, sendo 1.393.000 sob a forma de *American Depositary Receipts* - ADRs, visando atender ao Programa de Incentivo de Longo Prazo da Companhia. A aquisição de ações foi concluída com 2.693.000 ações preferenciais adquiridas, sendo 1.393.000 sob a forma de ADRs, no montante de R\$ 44.932.

Fonte: < <http://gerdau.infoinvest.com.br/ptb/5455/2011GSACompletoJC.pdf>>

Pode-se observar, na figura 4, evento semelhante ao do ano anterior, como relatado na figura 3, e nota-se que a empresa cumpriu o que o pronunciamento discorre sobre reconhecimento e evidenciação de eventos subsequentes nas notas explicativas mas ainda assim há falha na hora de evidenciar o fato nas demonstrações contábeis do ano posterior.

Segundo o CPC 00, compreensibilidade é caracterizar e apresentar a informação com clareza e concisão. Verificou-se que no exercício seguinte a companhia não faz especificação do evento ao divulgar os valores em suas demonstrações contábeis, contrariando assim o que diz a compreensibilidade.

Figura 5- Nota Explicativa (Eventos Subsequentes)- Gerdau 2012

Em 19/02/2013, o Conselho de Administração da Companhia deliberou autorizar a aquisição de ações de sua própria emissão, em um prazo de até 365 dias contados a partir da data de autorização, de até 4.100.000 ações preferenciais (GGBR4) ou *American Depositary Receipts* - ADRs (GGB). Esta autorização tem o objetivo de atender, exclusivamente, aos Programas de Incentivo de Longo Prazo, da Companhia e suas subsidiárias, utilizando-se de disponibilidades suportadas por reservas de lucros existentes, cabendo à Diretoria fixar as quantidades de ações e a oportunidade de cada operação.

Fonte: < <http://gerdau.infoinvest.com.br/ptb/5457/2012GSACompletoJCRJ.pdf>>

Como foi observado, nos dois exercícios anteriores, a Gerdau fez outro aporte para compra de ações de sua própria emissão. E da mesma forma agiu corretamente em registrar os eventos subsequentes relacionados ao exercício de 2012 nas notas explicativas, mas no momento de evidenciar esses fatos nas demonstrações do exercício seguinte, ano de 2013, a empresa não especificou de forma clara a demonstrar que se tratava de fatos relacionados a exercícios passados.

Logo abaixo, nas figuras 6, 7 e 8 estão representados os eventos subsequentes divulgados pela empresa Petrobrás.

Figura 6- Nota Explicativa (Eventos Subsequentes)- Petrobrás 2010

Em **27 de janeiro de 2011**, a Petrobras International Finance Company – PifCo, concluiu a emissão de US\$ 6 bilhões em títulos do tipo *Global Notes* no mercado internacional de capitais, com vencimentos em 27 de janeiro de 2016, 2021 e 2041, taxas de juros de 3,875%, 5,375% e 6,750% a.a., respectivamente, e pagamento semestral de juros a partir de 27 de julho de 2011. Os recursos captados serão utilizados para fins corporativos e para o financiamento dos investimentos previstos no Plano de Negócios 2010-2014, sendo mantidos uma estrutura adequada de capital e o grau de alavancagem financeira em linha com as metas da Companhia. Esse financiamento teve custos de emissão de aproximadamente US\$ 18 milhões, deságio de US\$ 21 milhões e taxa de juros efetiva de 4,01%, 5,44% e 6,84% a.a., respectivamente. Os *Global Notes* constituem-se em obrigações não garantidas unsecured e não subordinadas da PifCo e contam com a garantia completa e incondicional da Petrobras.

Em **12 de janeiro de 2011**, a Petrobras exerceu a opção de compra das ações da SPE Companhia Mexilhão do Brasil e passou a garantir o financiamento contratado pela SPE como BNDES.

Fonte: <<http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/governanca/relatorio-de-sustentabilidade/analise-financieira-e-demonstracoes-contabeis-2010.htm>>

As partes das notas explicativas acima são da Petrobras International Finance Company, que na gravura acima descreve uma emissão de US\$ 6 bi em títulos no mercado internacional de capitais e também a compra de ações da SPE Companhia Mexilhão do Brasil. Diferente das demais companhias a Petrobrás respeitou os normativos do CPC 24 e também no CPC 00.

Ou seja, agiu de acordo com os regulamentos vigentes no Brasil tanto no momento de demonstrar os eventos subsequentes nas notas explicativas quanto quando demonstrou o impacto do evento subsequente no exercício seguinte, vide anexo C.

Figura 7- Nota Explicativa (Eventos Subsequentes)- Petrobrás 2011

Em **27 de janeiro de 2012**, a Assembleia Geral Extraordinária da Petrobras aprovou a incorporação da Petrobras Química S.A. – Petroquisa e a cisão parcial da BRK Investimentos Petroquímicos S.A. – BRK com versão da parcela cindida ao patrimônio da Petrobras, sem aumento do capital social.

Em **6 de fevereiro de 2012**, a Petrobras *International Finance Company* – PifCo, concluiu a oferta títulos do tipo *Global Notes* no mercado internacional, resultando no recebimento de recursos no montante de US\$ 7 bilhões que serão utilizados para o financiamento dos investimentos da Companhia. A operação foi constituída pela emissão de títulos com vencimento em 2015 e 2017 e pela reabertura dos títulos com vencimento em 2021 e 2041, cujas taxas de juros anuais são de 2,875%, 3,50%, 5,375% e 6,75%, respectivamente, e pagamento semestral de juros.

Os custos de emissão foram de aproximadamente US\$ 22 milhões, deságio de US\$ 16 milhões (séries de 2015 e 2017) e ágio nas reaberturas dos títulos de US\$ 255 milhões (séries de 2021 e 2041), resultando em taxas de juros anuais efetivas de 3,15%, 3,69%, 4,84% e 5,95%, respectivamente. Os *Global Notes* constituem-se em obrigações não garantidas e não subordinadas da PifCo e contam com a garantia completa e incondicional da Petrobras.

Em **8 de fevereiro de 2012**, a Petrobras Gás S.A. – Gaspetro, a Gás Brasileiro Distribuidora S.A. – GBD e a Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig assinaram um Acordo de Investimentos que prevê o ingresso da Cemig no capital social da GBD, resultando em uma sociedade com 60% de participação da Gaspetro e 40% da Cemig. Atualmente a GBD é 100% controlada pela Gaspetro. A implementação desse Acordo está sujeita a aprovação dos órgãos reguladores competentes e a conclusão da operação está prevista para ocorrer durante o ano de 2012.

Fonte: <<http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/governanca/relatorio-de-sustentabilidade/analise-financieira-e-demonstracoes-contabeis-2011.htm>>

Na figura acima foram registrados três eventos ocorridos no ano de 2012 e apresentados nas notas de 2011 da Petrobras. Em 27 de janeiro houve uma incorporação e uma cisão, em seguida em 06 de fevereiro concluiu a oferta de títulos no mercado internacional gerando um recebimento de US\$ 7 bi, e finalmente em 8 de fevereiro foi assinado um acordo de investimento que prevê o ingresso da Cemig no capital social do grupo.

Observou-se nas demonstrações do ano de 2012 que os eventos subsequentes relatados nas notas explicativas de 2011 foram divulgados e evidenciados de acordo com as normas pertinentes, exceto o evento do dia 8 de fevereiro que não está evidenciado nas demonstrações contábeis, o que pode ocasionar distorções nos resultados futuros.

Figura 8- Nota Explicativa (Eventos Subsequentes)- Petrobrás 2012

Em **28 de janeiro de 2013** a Petróleo Brasileiro S.A., por meio de sua controlada indireta Petrobras Global Trading B.V. (PGT), assinou contrato de financiamento no montante de US\$ 500 milhões, com vencimento em seis anos, taxa de juros Libor de 6 meses + 1,95 % a.a. e pagamento de juros semestral.

Fonte: <<http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/governanca/relatorio-de-sustentabilidade/analise-financieira-e-demonstracoes-contabeis-2012.htm>>

Em 28 de janeiro de 2013 pode-se notar que a empresa Petrobrás Petróleo Brasileiro S.A assinou contrato de financiamento de US\$ 500 milhões, fato que foi evidenciado como eventos subsequentes e observa-se que o registro está devidamente reconhecido nas notas explicativas do ano de 2012, portanto, a empresa cumpre com o que é disposto no CPC 24. Em contrapartida não foi divulgado nas demonstrações contábeis posteriores, no ano de 2013, fazendo referência aos eventos subsequentes, não podendo afirmar o impacto específico desse caso.

Observa-se nas figuras 9, 10 e 11 os eventos subsequentes noticiados pela companhia Vale do rio doce nos anos de 2010 a 2012.

Figura 9- Nota Explicativa (Eventos Subsequentes)- Vale do Rio Doce 2010

Em **janeiro de 2011** (evento subsequente), firmamos um acordo com alguns bancos comerciais com a garantia da agência de crédito italiana, Servizi Assicurativi del Commercio Estero SpA (SACE), para fornecer-nos com um US\$300 milhões com prazo final de 10 anos.

Em **janeiro de 2011** (evento subsequente), o Conselho de Administração aprovou o pagamento extraordinário em 31 de janeiro de 2011, de juros sobre capital próprio, no montante total bruto de US\$1 bilhão, o que corresponde a cerca de US\$0,191634056 por ação em circulação, ordinária ou preferencial de emissão da Vale, previsto para a distribuição antecipada de renda do ano de 2010, calculados sobre o saldo de junho de 2010, esse valor está sujeito à incidência do imposto de renda retido na fonte à taxa em vigor.

Fonte: <http://www.vale.com/PT/investors/Quarterly-results-reports/20F/20FDocs/20F_2010_p.pdf>

Em seguida observamos trechos das notas explicativas da Cia Vale do Rio Doce, houve o registro de dois eventos subsequentes na figura. Um contrato de financiamento com prazo de 10 anos em janeiro de 2011 outro de pagamento de juros sobre capital próprio de US\$ 1 bi em 31 de janeiro de 2011.

Os fatos foram devidamente apresentados nas notas explicativas de 2010 e tiveram sua evidenciação nas demonstrações de 2011, da mesma forma que a Petrobrás, respeitando as normas e deixando claro aos usuários da informação contábil.

Figura 10- Nota Explicativa (Eventos Subsequentes)- Vale do Rio Doce 2011

Em **4 de Janeiro de 2012**, (evento subsequente) emitimos US\$ 1 bilhão em notas com vencimento em 2022 vendidas a um preço de 98.804% do valor principal e cupom de 4,375% ao ano, pagáveis semestralmente, através da nossa subsidiária integral Vale Overseas Limited.

Fonte: <http://www.vale.com/PT/investors/Quarterly-results-reports/20F/20FDocs/20F_2011_p.pdf>

O evento subsequente relatado na figura trata de uma emissão de US\$ 1 bi de títulos da Vale em 4 de janeiro de 2012, presente nas notas explicativas de 2011. Como pode ser observado no anexo D a entidade agiu de acordo com a norma no momento de evidenciar o fato no exercício seguinte, tornando a informação fidedigna ao primeiro registro.

Figura 11- Nota Explicativa (Eventos Subsequentes)- Vale do Rio Doce 2012

Em **02 de janeiro de 2013** a Norte Energia obteve a liberação de mais uma parcela do seu empréstimo, crescendo o valor garantido pela Vale em R\$188 (US\$92) para R\$470 (US\$218).

Fonte: <http://www.vale.com/PT/investors/Quarterly-results-reports/20F/20FDocs/20F_2012_p.pdf>

No trecho acima, observa-se a divulgação do evento subsequente da cia. Vale, que conforme o pronunciamento noticiou o fato de forma clara para se compreender o fato ocorrido. Observou também que a empresa não evidenciou o ocorrido no exercício seguinte de maneira a demonstrar fidedignidade com as notas explicativas e com os eventos ocorridos durante o exercício.

Pode-se observar que as entidades pesquisadas, em geral, mensuraram e evidenciaram com base nos eventos ocorridos no exercício em que são elaboradas as demonstrações contábeis. Ou, seja, a maioria delas apresentaram e expuseram os eventos subsequentes e fatos ocorridos explicando, em alguns casos, inclusive qual foram os cálculos utilizados e a método de reconhecimento.

Porém ao procurar os fatos registrados, os eventos subsequentes, no exercício posterior, observou-se que a as Lojas Americanas e a Gerdau não evidenciaram os

fatos em suas demonstrações contábeis, a fim de esclarecer informações precisas para investidores e credores. Em contrapartida a empresa Petrobrás e a cia. Vale do Rio Doce em sua maioria registrou os fatos nas demonstrações contábeis, divulgando valores e seus impactos.

Ressalta-se ainda que de acordo com os eventos subsequentes divulgados e analisados, observa-se que os assuntos mais comuns entre todas as entidades pesquisadas foram os seguintes: aumento de ações no mercado, compra de ações de outras empresas por meio de negócios em conjunto, aumento da oferta de títulos no mercado de capitais; aquisição, incorporação ou participação em controladas e coligadas. Então pode-se dizer que as entidades pesquisadas, quando divulgam os eventos subsequentes, só evidenciam fatos favoráveis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo geral mostrar como quatro empresas, atuantes no Brasil, estão divulgando os eventos subsequentes à data de elaboração do balanço e se a forma em que os eventos estão sendo divulgados condiz com o que a norma orienta.

Para tal, a pesquisa foi feita com base em um levantamento de publicações referentes ao tema em normas, leis, livros e trabalhos publicados e, a partir dos dados, foi feita uma análise e comparação com as informações publicadas pelas entidades para que o assunto fosse compreendido e os objetivos propostos atendidos.

A partir da análise dos resultados pode-se verificar que todas as empresas pesquisadas divulgaram os eventos subsequentes de acordo com o CPC 24. Em pelo menos um ano elas deixaram de registrar qualquer tipo de evento subsequente, porém nada se pode comentar uma vez que não é obrigatória a ocorrência deles.

O fato é que, nos eventos divulgados, o reconhecimento desses são apresentados nas Notas Explicativas com detalhamento de métodos e procedimentos contábeis legalmente estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade.

Porém, pode-se inferir da análise que a mensuração e divulgação nas demonstrações contábeis no ano posterior aos eventos divulgados não é feita de forma clara, nas Lojas Americanas e na Gerdau, uma vez que não é especificado o

valor exato ou o fato divulgado no ano anterior, deixando obscura a informação procurada pelos acionistas e credores. Então, por essa falta de clareza, a divulgação não obedece aos preceitos estabelecidos no CPC 00 quanto às características qualitativas de melhoria da informação quanto ao critério de compreensibilidade e verificabilidade. Já na Petrobrás e companhia Vale do Rio Doce, as empresas tem o cuidado de divulgar os eventos subsequentes, no exercício seguinte, e informar com clareza a data, os ajustes e qual foi o impacto desses fatos no ano posterior.

Com a pesquisa outro problema passa a existir, que é a não evidenciação desses valores e eventos de forma clara nas demonstrações contábeis posteriores, portanto, esse assunto abre precedente para pesquisas futuras. Além disso, faz-se importante também pesquisas com uma representatividade maior de empresas, para que se possa ter a real noção do assunto.

REFERÊNCIAS

- AMERICANAS. **Demonstrativos Financeiros**. Disponível em: <<http://www.b2wdigital.com/informacoes-aos-investidores/relatorios-anuais>>. Acesso em: 05 mai. 2014.
- BOSKOV, Camila. **Eventos subsequentes - IAS 10/CPC24**. Disponível em: <<http://frsbrasil.com/demonstracoes-contabeis/exemplos-praticos-sobre-a-ias-10-eventos-subsequentes>>. Acesso em: 15 mai. 2014.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS / **CPC 00** : Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em: <www.cpc.org.br>. Acesso em: 25 abr. 2014
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS / **CPC 24** : Eventos Subsequentes. Disponível em: <www.cpc.org.br>. Acesso em: 23 mar. 2014
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Deliberação 505/2006**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiato.asp?File=/deli/deli505.htm>> acesso em: 20 mar. 2014.
- COSTA, Maria de Lurdes da Silva. **Acontecimentos após a data do Balanço e suas implicações Fiscais e de Auditoria**. Disponível em: <http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/129/1/M%20Lurdes%20Costa%202020515_V26.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2014.
- CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística Fácil**. São Paulo, Saraiva, 2002.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil: teoria e prática**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- DVORANOSKI, Guilherme. **Considerações sobre eventos subsequentes e as normas de auditoria**. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25724/>>. Acesso em: 07 abr. 2014
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- GERDAU. **Demonstrativos Financeiros**. Disponível em: <<http://ri.gerdau.com/ptb/s-36-ptb.html?idioma=ptb>>. Acesso em> 05 mai. 2014.
- LOPES, Machado. **BKR Internacional**. Disponível em: <<http://www.capitalaberto.com.br/boletins/eventos-subsequentes/#.U1-WYa25eUk>>. Acesso em: 29 abr. 2014
- MARTINS, Eliseu, et al. **Manual de contabilidade Societária**. Fipecafi. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**: abordagem básica e gerencial. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOURAD, Nabil Ahmad; PARASKEVOPOULOS, Alexandre. **IFRS Introdução às normas internacionais de contabilidade**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010

NBC T 11 - **Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis**. Disponível em: < <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t11.htm>> acesso em: 27 abr. 2014.

PERES JUNIOR, José Hernandez. **Contabilidade Avançada**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PETROBRAS. **Demonstrativos Financeiros**. Disponível em: < <http://investidorpetrobras.com.br/pt/resultados-da-busca/resultados-da-busca.htm?q=demonstra%C3%A7%C3%B5es%20contabeis>> Acesso em: 05 mai. 2014´

VALE DO RIO DOCE. **Demonstrativos Financeiros**. Disponível em: < <http://www.vale.com/brasil/PT/investors/annual-reports/Paginas/default.aspx>> Acesso em: 05 mai. 2014.

ANEXO A - AMERICANAS

2010

A autorização para conclusão da preparação destas Demonstrações Financeiras pela Administração ocorreu em 16 de março de 2011.

Fonte: < <http://ri.lasa.com.br/informacoes-financeiras/relatorios-anuais-trimestrais?id=414>>

2011

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 17 de fevereiro de 2012.

Fonte: < <http://ri.lasa.com.br/informacoes-financeiras/relatorios-anuais-trimestrais?id=434>>

2012 (não relatado)

ANEXO B- GERDAU

2010

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Gerdau S.A. e empresas controladas (em conjunto, a "Companhia") foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 01/03/2011.

Fonte: < <http://gerdau.infoinvest.com.br/ptb/5449/2010GSAConsolidadoDOERJ.pdf>>

2011

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora e Consolidadas da Gerdau S.A. foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14/02/2012.

Fonte: < <http://gerdau.infoinvest.com.br/ptb/5455/2011GSACompletoJC.pdf>>

2012

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora e Consolidadas da Gerdau S.A. foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19/02/2013.

Fonte: < <http://gerdau.infoinvest.com.br/ptb/5457/2012GSACompletoJCRJ.pdf>>

ANEXO C- PETROBRAS

2010

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2011, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

Fonte: <<http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/governanca/relatorio-de-sustentabilidade/analise-financeira-e-demonstracoes-contabeis-2010.htm>>

2011

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 9 de fevereiro de 2012, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

Fonte: <<http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/governanca/relatorio-de-sustentabilidade/analise-financeira-e-demonstracoes-contabeis-2011.htm>>

a) No exterior

Empresa	Data	Valor (R\$ milhões equivalentes)	Vencimento	Descrição
PiCo	jan/11	10.029	2016, 2021 e 2041	Global notes nos montantes de US\$ 2,500 milhões, US\$ 2,500 e US\$ 1,000 milhões com cupom de 3,875% a.a., 5,375% a.a., e 6,75% a.a. respectivamente.
Charter	jan/11	1.264	2018	Empréstimo com Standard Shatered no montante de US\$ 750 milhões - Libor mais 1,5% a.a.
PNBV	mar/11	1.079	2015 e 2021	Empréstimo com Bank Of Tokyo-Mitsubishi no montante de US\$ 150 milhões - Libor mais 1,25% a.a.; e com Banco Santander S.A., HSBC Bank PLC, HSBC Bank USA, N.A. e SACE S.P.A. no montante de US\$ 500 milhões - Libor mais 1,10% a.a.
PNBV	jun/11	3.175	2018	Empréstimos com Banco Santander S.A. e Grand Cayman Branch de US\$ 1,500 milhões - Libor mais 1,476% a.a.; e com o Bank of Tokyo-Mitsubishi de US\$ 500 milhões - Libor mais 1,30% a.a.
PNBV	ago/11	1.027	2016 e 2023	Empréstimos com Banco JP Morgan Chase Bank, N.A, Export-Import Bank of the United States no montante de US\$ 300 milhões - Libor mais 0,45% a.a.; e com Banco Citibank International PLC no montante de US\$ 343 milhões - Libor mais 0,85% a.a.
PNBV	dez/11	459	2018	Empréstimo com o Banco Export Development Canadá de US\$ 250 milhões - Libor mais 1,40% a.a.
PiCo	dez/11	4.485	2018 e 2022	Global notes nos montantes de € 1.250 milhões e € 600 milhões com cupom de 4,875% a.a., e 5,875% a.a. respectivamente.
PiCo	dez/11	1.990	2026	Global notes no montante de € 700 milhões com cupom de 6,25% a.a.
		23.508		

Fonte: Demonstrações Contábeis Petrobras 2011

A participação no valor justo dos ativos líquidos adquiridos inclui mais valia de imobilizado e intangível no montante de R\$ 358, que está classificada no grupo de investimentos, assim como o *goodwill* no montante de R\$ 719.

10.3 AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES DE NÃO CONTROLADORES

Sociedades de Propósitos Específicos (SPE)

A Companhia exerceu opção de compra de SPE durante o exercício de 2011 que resultou num aumento de R\$ 910 no patrimônio líquido atribuível aos seus acionistas, como contribuição adicional de capital, conforme a seguir:

Data da opção	Razão social da SPE	% das ações	Contribuição adicional de capital
12/01/2011	Companhia Mexilhão do Brasil - CMB	100%	112
11/11/2011	Transportadora Gasene S.A. - Gasene	100%	789
09/12/2011	Companhia de Recuperação Secundária - CRSec	100%	9
			910

A partir dessa opção de compra, a Gasene Participações Ltda., antiga controladora da Transportadora Gasene, deixou de ser consolidada na Petrobras.

Innova S.A.

Em 31 de março de 2011, a Petrobras passou a deter diretamente 100% do capital social da Innova, empresa petroquímica localizada no Polo de Triunfo (RS), que era indiretamente controlada pela Petrobras Argentina (Pesa).

O valor da operação foi de US\$ 332 milhões (equivalentes a R\$ 551), sendo US\$ 228 milhões pagos em abril de 2011 e US\$ 104 milhões com vencimento em 30 de outubro de 2013, corrigidos pela LIBOR (12 meses) a partir da data da assinatura do documento de compra e venda de ações (SPA). Essa transação resultou numa redução de R\$ 90 no patrimônio atribuível aos acionistas da Petrobras, como resultado da redução da participação de não controladores neste empreendimento.

Fonte: Demonstrações Contábeis Petrobras 2011

2012

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 4 de fevereiro de 2013, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

Fonte: <<http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/governanca/relatorio-de-sustentabilidade/analise-financeira-e-demonstracoes-contabeis-2012.htm>>

9. Incorporações, cisões e outras informações sobre ativos

Incorporação da Petroquisa e cisão parcial da BRK

Em 27 de janeiro de 2012, a Assembleia Geral Extraordinária da Petrobras aprovou a incorporação da Petrobras Química S.A. – Petroquisa e a cisão parcial da BRK Investimentos Petroquímicos S.A. – BRK com versão da parcela cindida ao patrimônio da Petrobras, sem aumento do capital social.

Empresa	Data	Valor	Vencimento	Descrição
PifCo	fev.12	12.029	2015, 2017, 2021, 2041	Global notes emitidos de US\$ 1,250 milhões, US\$ 1,750 milhões, US\$ 2,750 milhões e US\$ 1,250 milhões com cupom de 2,875%, 3,500%, 5,375% e 6,750%, respectivamente.
PNBV	abr/12 a jun/12	3.612	2018, 2019 e 2023	Empréstimos no montante de US\$ 1,879 milhões com os bancos Morgan Stanley Bank, JP Morgan Chase, Citibank Internacional PLC, e HSBC Bank PLC – Libor mais juros de mercado.
PNBV	ago/12 a set/12	3.043	2019	Empréstimos no montante de US\$ 1,500 milhões com os bancos Export Development Canadá e HSBC Holdings PLC – Libor mais juros de mercado.
PGT BV	set.12	3.043	2017 e 2018	Empréstimos no montante de US\$ 1,500 milhões com os bancos Banco do Brasil S/A e Citibank N.A. – Libor mais juros de mercado.
PGT BV	out/12 e dez/12	3.072	2017 e 2018	Empréstimo no montante de US\$ 1,000 milhão e US\$ 500 milhões com os bancos Bank of America e Standard Chartered – Libor mais juros de mercado.
PGF BV	out.12	5.227	2019 e 2023	Emissão de Global Notes € 1,300 milhões e € 700 milhões com cupom de juros de 3,25% a.a. e 4,25% a.a. respectivamente.
PGF BV	out.12	1.472	2029	Emissão de Global Notes € 450 milhões com cupom de juros de 5,375% a.a.
		31.498		

Fonte: Demonstrações Contábeis Petrobrás 2012

ANEXO D- VALE DO RIO DOCE

2010

A Companhia realizou uma avaliação dos eventos subsequentes até 24 de fevereiro de 2011, data da divulgação das demonstrações contábeis.

Fonte: <http://www.vale.com/PT/investors/Quarterly-results-reports/20F/20FDocs/20F_2010_p.pdf>

2011

Distribuições

Pagamos um total em dividendos da ordem de US\$9 bilhões em 2011 (incluindo distribuições classificadas como juros sobre o capital próprio). Em janeiro de 2011, pagamos um dividendo extraordinário de US\$1 bilhão e anunciamos um dividendo mínimo para o ano da ordem de US\$4 bilhões, sendo US\$2 bilhões em abril de 2011 e US\$2 bilhões em outubro de 2011. Subsequentemente, também pagamos dividendos adicionais de US\$3 bilhões em agosto de 2011 e US\$1 bilhão em outubro de 2011. O dividendo mínimo que anunciamos para 2012 foi de US\$6,0 bilhões, a ser pago em duas parcelas iguais em abril e outubro.

Fonte: Demonstrações Contábeis Vale do Rio Doce 2011

- Em janeiro de 2011, firmamos um acordo com um grupo de bancos comerciais com a garantia de um órgão oficial de crédito italiano, Servizi Assicurativi Del Commercio Estero S.p.A (“SACE”), para nos fornecer um empréstimo de US\$300 milhões com vencimento final em 10 anos, para garantir linhas de crédito oferecidas por bancos comerciais. Em 31 de dezembro de 2011, sacamos todo o montante disponível nessa linha de crédito.

Fonte: Demonstrações Contábeis Vale do Rio Doce 2011

2012 (não relatado)

2013

- Em janeiro de 2012, nossa subsidiária financeira integral, Vale Overseas, emitiu notas de US\$1 bilhão com vencimento em 2022, garantidas pela Vale, com um cupom de 4,375% ao ano, pagável semestralmente. Em abril de 2012, a Vale Overseas reabriu as notas e emitiu um adicional de US\$1,250 bilhão.

Fonte: Demonstrações Contábeis Vale do Rio Doce 2013